

DISCUTINDO AS MARCAS AVALIATIVO-ARGUMENTATIVAS DAS RECATEGORIZAÇÕES

Mônica Magalhães CAVALCANTE²⁶

Janaica Gomes MATOS²⁷

Resumo: Nosso trabalho se propõe a refletir sobre as marcas avaliativo-argumentativas das recategorizações. Discutimos que não somente as expressões referenciais podem representar tais marcas, pois as expressões anafóricas diretas e indiretas, integradas a expressões não referenciais e a porções textuais, concorrem para a efetivação das recategorizações. Também observamos que traços semânticos de nomes próprios e estrangeirismos, comumente não avaliativos, podem ser importantes para se conferir juízos de valor às reconstruções do referente, em determinados contextos. Assim, apoiamo-nos na noção de recategorização em Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) e na classificação de Matos (2005) sobre as funções discursivas das recategorizações, dentre as quais destacamos a função avaliativa e a não avaliativa.

Palavras-chave: Recategorização. Marcas. Avaliação. Argumentação.

Abstract: *Our study aims to reflect on the evaluative-argumentative marks of recategorizations. We discussed that not only referring expressions may represent such marks because direct and indirect anaphoric expressions integrated non references expressions and textual portions and these contribute to the realization of recategorizations. We also observe that semantic features of proper names and foreign words, usually not evaluative, may be important to give value judgments to referent reconstructions in certain contexts. So we rely on the notion of recategorization in Cavalcante, Custódio Filho and Brito (2014) and Matos classification (2005) on the discursive functions of recategorizations among them we highlight the evaluative and non-evaluative functions.*

Keywords: *Recategorization. Mark. Evaluation. Argumentation.*

²⁶ Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará e do Mestrado Profissional em Letras-UFC. Fortaleza, Ceará, Brasil. monicam02@gmail.com.

²⁷ Professora Assistente do Curso de Letras da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Aluna do Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil. Bolsista da CAPES/FAPEPI. janaicagomes@gmail.com

A recategorização na visão sociocognitivo-discursiva

A recategorização é uma atividade a qual permeia os atos verbais dos indivíduos em geral. Esta é uma temática discutida sob a ótica epistemológica da Sociointeração, em que os sujeitos sociais negociam entre si os sentidos de seus discursos, mediante um espaço intersubjetivo comum, adaptável e flexível aos contextos e às visões de mundo proponentes destes discursos.

Antes de tudo, faz-se necessário esclarecer que a recategorização faz parte de uma gama de processos inscritos sob o rótulo da Referenciação, entendida esta como atividade de construção de referentes/objetos de discurso, os quais não significam simples nomes, muito menos meros conceitos, mas sim entidades construídas mentalmente, na formulação discursiva. (cf. CAVALCANTE, 2011).

A prática da referenciação implica uma visão dinâmica, a partir da qual age, discursivamente, um tipo de sujeito não somente “encarnado”, mas, sobretudo, um sujeito sociocognitivo, numa relação indireta com o mundo; este acaba se tornando relativamente estável graças às categorias manifestadas nos textos, como dizem Mondada e Dubois (1995). Por outro lado, as próprias autoras anunciam a instabilidade generalizada destas mesmas categorias criadas pelo homem, como mecanismo de seus discursos. Isto porque tais categorias mudam de forma múltipla, inconstante e controversa, na medida em que não há um consenso perfeito concernente às coisas do mundo. A exata discretização das entidades não passa de uma ilusão ditada por uma visão cartográfica da realidade. Assim dizem Mondada e Dubois (1995, p.23): “Tais variações no discurso poderiam ser interpretadas como dependentes da pragmática da enunciação, mais que da semântica dos objetos, cuja semântica poderá ser considerada como escapando à ideologia, como mais precisa, estável, senão até ligada a valores de verdade”.

As duas autoras frisam que existem “categorias evolutivas” capazes de se adaptar a uma diversidade de contextos, situações e pontos de vista nos discursos. Com tamanha versatilidade, tais modos de referência constituem-se como transformações de categorias, embora tais mudanças se operem de maneira provisória e negociada entre os sujeitos, em suas práticas verbais simbólicas. Consequentemente, a incrível plasticidade das categorias é o ponto de partida para a *recategorização*, a qual fornece grande vazão aos direcionamentos argumentativos pretendidos pelos produtores dos textos.

Assumimos aqui a noção de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), segundo os quais a recategorização é um processo cognitivo-discursivo de transformação dos referentes, a qual é

de crucial importância para a orientação argumentativa do texto. Em outros termos, os objetos discursivos vão mudando ao longo do texto por meio de acréscimos de atributos ou predicados a eles conferidos pelo locutor, por meio de diversas marcas textuais estratégicas, as quais são capazes de remodelar a imagem do referente construída pelo interlocutor, mediante a negociação de sentidos em prol das mais diversas intenções comunicativas, dentre as quais a de imputar juízos de valor, demonstrando o posicionamento do produtor do texto, seja por meios implícitos, seja explícitos, de modo a demonstrar claramente seu propósito argumentativo, ou a ocultá-lo. Isso quer dizer que o processo de reconstrução do referente pode se dar através de variadas pistas cotextuais, porque a transformação por que passam os objetos de discurso não são pontuais, mas vão acontecendo à proporção que os variados índices ajudam o interlocutor a compor novos sentidos e novas referências, diante do desenvolvimento textual.

Sabe-se que a decisão de um locutor na escolha de formas referenciais distintas, com certas alterações de significado para um mesmo objeto, nunca é ingênua e acaba por alterar de um modo ou de outro, negativa ou positivamente, um dado objeto de discurso. Todavia, a ação de recategorizar, ou seja, de remodelar as ideias acerca de um referente no decorrer da produção de um texto, é muito mais complexa do que se supõe e abrange, sem dúvida, outros elementos que não podem ser ignorados, tanto os extralinguísticos - tais como os elementos socioculturais compartilhados pelo conhecimento prévio dos interactantes - quanto outros elementos linguísticos - como os elementos que fazem parte do cotexto e também a relação de referencialidade que um objeto mantém com outros na cadeia textual.

Em Cavalcante (2011), explica-se que, nos processos de referenciação de um modo geral, são ativadas uma série de pistas contextuais que convocam informações sócio-históricas manejadas pelos participantes da enunciação, revelando-se nem sempre por uma forma anafórica pontual, mas mediante outros termos, referenciais ou não, contribuindo, de maneira não menos eficaz, para a argumentação nos textos. Além de Cavalcante (2011) e Custódio Filho (2011), temos como exemplos dessa perspectiva as pesquisas de Ciulla e Silva (2008), Lima (2008), Leite (2007), dentre outros.

Vejamus então um exemplo extraído de Cavalcante (2011):

(01)

– Antes de começarmos, por favor, me diga uma coisa, o que o senhor fazia no emprego anterior?

– Eu era funcionário público!

– OK! O senhor pode contar até dez?

– É claro! Dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, valete, dama, rei e ás!

(50 piadas, de Donald Buchweitz, extraído de Cavalcante, 2011, p. 120)

Por meio desse exemplo, chama-se a atenção para a instauração dos referentes não somente através da própria expressão recategorizadora, mas mediante uma confluência de fatores linguísticos, bem como extralinguísticos. Por isso, Cavalcante (2011) adverte que a entidade “entrevista de emprego”, que acontece na história, não é nomeada, mas outras pistas do cotexto favorecem a construção desse referente, como a fórmula social de início da entrevista “antes de começarmos”, a alusão a um emprego anterior, dentre outras marcas distribuídas no texto. Além disso, esta piada finaliza com a insinuação crítica e tácita deste “funcionário público” como uma “pessoa ociosa no trabalho”. Este é, pois, um caso de alto teor de implicitude muito típica do gênero textual piada, em que não há sequer um termo, na superfície do texto, destinado a homologar, em função anafórica, o sentido do “funcionário público” como “pessoa ociosa no trabalho”. Assim, em vez de uma expressão anafórica, - que quer dizer as formas de continuidade de um referente no texto - outros termos no texto contribuem para a realização da transformação do referente, ou seja, é a própria contagem dos números pelo funcionário público, que são “Dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, valete, dama, rei e ás”, que são os números e figuras do baralho, levando o leitor a calcular, inferencialmente, que o funcionário parece estar tão acostumado a jogar cartas em seu ambiente de trabalho anterior, que nem sabia mais contar os números. É a partir disso que conseguimos acionar nossos esquemas mentais necessários ao processamento da leitura no sentido de reenquadrar o funcionário como “negligente ou que não trabalha”, uma avaliação estereotípica presente em nossa realidade social. Assim é que elementos como os estereótipos fazem parte de nossa *cognição social*, definida como o sistema de estratégias e representações ou modelos mentais partilhados pelos membros de um grupo, tais como os tipos de situações, eventos e formas de interação social. (cf. VAN DIJK, 2012)

Dessarte, seguimos a visão de Custódio Filho (2011), o qual afirma que, numa noção epistemológica mais ampla de referenciação, devemos explorar como os elementos da materialidade textual, conjugados ao aparato contextual sociocognitivo, promovem a construção e manutenção da referência. Também partimos do pressuposto de que o conteúdo verbal que participa da ação de referir não se limita às relações anafóricas entre expressões referenciais. Por isso, neste artigo, defendemos que, mesmo quando uma expressão referencial não engatilha, nem confirma uma recategorização que contenha juízos de valor, outros indícios de avaliação a ela associados podem ser encontrados no texto, tais como os termos que designam outros referentes, ou outros elementos não referenciais, ou ainda, certas porções do texto, as quais podem colaborar para esse processo, tal como afirma Leite (2007).

De nossa parte, compreendemos a necessidade de incorporarmos esta noção que considera toda a multiplicidade de recursos que a língua e a cognição social oferecem para atestar a evolução referencial. Em razão disso, empreenderemos algumas análises que buscam revelar algumas facetas estratégicas das marcas avaliativo-argumentativas do locutor ao recategorizar.

Alguns mecanismos argumentativos da recategorização: reflexões sobre a função avaliativa

Julgamos que a ampliação das noções de recategorização hoje em voga é de suma importância para a compreensão dos mecanismos argumentativos no tocante a esse fenômeno. Antes de tudo, ressaltamos que as marcas estratégicas de avaliação a serem debatidas são qualificadas sob o princípio da argumentatividade. Esta, de caráter amplo, é uma característica basilar aos discursos. Como bem afirma Koch (1999, p.19): “[...] o ato de argumentar, i.e., de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo” (cf. também Bakthin, 1979; Ducrot, 1987).

E quanto ao caráter avaliativo, os estudiosos Martin e White (2005) definem que o fenômeno da “*avaliatividade*” ou “*valoração*” diz respeito ao uso de uma gama de recursos avaliativos da língua, em prol de expressões de posturas, atitudes mentais e valores, e até de negociações entre os interlocutores. Incluem-se nisto também os julgamentos, respostas emotivas dos falantes e o modo implícito/explicito, pressuposto ou assumido nos enunciados.

A pesquisadora Sousa (2009) também define a *avaliação*: “A nosso ver, o termo “avaliação” parece ser uma palavra capaz de abarcar uma diversidade de fenômenos que

parecem se distinguir e ao mesmo tempo se sobrepor. Esse aspecto acaba por revelar a natureza complexa da avaliação”. Julgamos, igualmente, que a avaliação contenha características complexas, inclusive relacionadas à recategorização, na medida em que, ao traçar qualificativos axiológicos²⁸ aos objetos de discurso, nós também os modificamos, de acordo com nossos intuitos comunicativos e persuasivos, e isso inclui fatos ainda não desvelados, tais como um estudo mais apurado acerca das marcas estratégicas avaliativo-argumentativas de recategorização, presentes não somente nas expressões referenciais que confirmam a evolução dos referentes, mas também em termos designadores de outros referentes, ou em porções textuais, os quais auxiliam nesse processo. Entretanto, o objetivo do presente artigo é somente propor algumas análises incipientes sobre o fenômeno.

Podemos afirmar, com base em Matos (2005), que as recategorizações são multifuncionais, ou seja, as funções que as recategorizações cumprem no discurso são múltiplas, podendo se sobrepor ou se adicionar umas às outras; inclusive a função de avaliar, ou seja, de estabelecer juízos de valor explícitos sobre o referente, pode se somar a outras funções, como a de *glosa* (por *definição*, por *correção* e por *especificação*), ou a *estético-conotativa*, conforme as funções sugeridas na taxionomia das funções discursivas das recategorizações em Matos (2005), sendo que nos interessa mais de perto analisar as funções *avaliativa* e a *não avaliativa* desta proposta classificatória. Desta forma, as recategorizações possuem outras funções além de seu aspecto híbrido, de função referencial e atributiva (cf. KOCH, 2002), comum a todas as anáforas deste tipo, sem mencionar também a possibilidade de recategorizarmos um objeto com a finalidade de *evitar repetição de palavras*, o que poderá se fazer presente, potencialmente, em qualquer texto.

Assim sendo, na proposta de Matos (2005), a função avaliativa se opõe frontalmente à função não *avaliativa*. Vejamos, pois, as definições relativas a ambas as funções segundo a mesma autora:

a) A função **avaliativa** se conceitua como a ocorrência de denominação axiológica, ou seja, quando há um juízo de valor formulado na recategorização, veiculado por expressões ou paráfrases nominais que demonstram determinada opinião ou posicionamento (o qual pode ser verdadeiro ou simulado) perante o objeto referido, como no exemplo que segue:

²⁸ Nomenclatura usada por Conte (2003) em referência à axiologia como o estudo de alguma espécie de valor, sobretudo de valores morais. O termo é aplicado por Conte (2003) à análise de sintagmas nominais anafóricos que encapsulam ou resumem porções textuais de maneira avaliativo-argumentativa, erigindo, a partir de então, um novo referente antes construído inferencialmente no discurso.

(02)

Ninguém ousa namorar as deusas do sexo

[...] Que nos prometem elas, com suas formas perfeitas por anabolizantes e silicones? Prometem-nos um prazer impossível, um orgasmo metafísico, para o qual os homens não estão preparados.

[...] **Essas fêmeas pós-industriais** foram fabricadas pelo desejo dos homens ou, melhor, **pelo desejo que eles gostariam de ter** ou, melhor ainda, **pelo poder fálico que as mulheres pensam que os homens possuem.**

(Extraído de Matos, 2005, Arnaldo Jabor, artigo de opinião, Folha de SP, 1999, p. 10)

Em conformidade com a sugestão taxionômica de Matos (2005), encontramos, na recategorização de “as deusas do sexo”, a função *avaliativa* na expressão “essas fêmeas pós-industriais”, na medida em que a escolha de “fêmeas”, ao invés de “mulheres”, imprime uma tonalidade mais forte de sexualidade, aliada ao mercado “pós-industrial” da beleza, em referência aos recursos dos anabolizantes e silicones. Esta função se adiciona à função de glosa por *correção*, que possui, na verdade, um alto poder retórico, na medida em que, propositalmente, beneficia os argumentos defendidos por esse autor do artigo, mediante a negação ou reformulação de uma denominação anterior, indicando outra como sendo a mais conveniente e assinalando, explicitamente, a inadequação da primeira nomeação.

A função *avaliativa* exclui, por sua vez, a função *não avaliativa* em um mesmo contexto de ocorrência, uma vez que a avaliação nas recategorizações, ou deve vir explícita, ou deve existir, pelo menos, em nível de implicitude, ocultando-se atrás de termos ou de construções aparentemente neutras.

b) A função **não avaliativa** caracteriza-se por não apresentar juízos de valor na denominação do referente. Ao contrário da função descrita anteriormente, o papel desempenhado por esta anáfora é o de referenciar de forma atributiva, contudo não acrescentando avaliações ao objeto reativado. Segue o texto ilustrativo do fenômeno:

(03)

A medicina preventiva vem baixando os parâmetros de normalidade para uma série de marcadores – e, com isso, está aumentando o número de pré-doentes. Até que ponto isso é um exagero?

[...] Um dos melhores exemplos é o que ocorreu depois da invenção do exame de tomografia computadorizada que analisa a quantidade de **cálcio** nas artérias. A concentração do **mineral** é um importante marcador de risco cardíaco. [...]

(Reportagem Veja, 2005, p. 86, extraído de Matos, 2005)

Segundo a classificação de Matos (2005), um dos subtipos da função de glosa consiste na definição de um objeto. Assim, a *glosa por definição*, neste caso, “*o mineral*”, que define o “*cálcio*”, consiste em recategorizar com o objetivo de explicitar ou esclarecer a natureza ou categoria a que pertence o referente. Neste caso, temos a *glosa por definição, não avaliativa*, porque apenas se assinala a passagem de “o cálcio” para seu hiperônimo “o mineral”, mudando seu sentido.

Contudo, isso não implica dizer que a escolha lexical que funciona como recategorização “*não avaliativa*” seja totalmente destituída de sentido axiológico, ou argumentativo em determinado contexto; mas se quer dizer que a avaliação procura não se expressar claramente. No caso específico de (3), leva-se em conta que se trata de um texto de exposição científica, a qual deve “apagar” o ponto de vista subjetivo de quem o divulga.

Em Matos e Brito (2014), comenta-se que, na verdade, o fato de ser “*não avaliativa*” não é propriamente uma função discursiva, senão apenas um parâmetro de negação da própria função de avaliar; é como uma suposta neutralidade, que não deixa de ter um propósito argumentativo. Ainda em Matos e Brito (2014), esclarece-se que toda expressão é argumentativa e, contextualmente, avaliativa. Todavia, ao se sugerir os termos “*avaliativa*” e “*não avaliativa*”, na sugestão classificatória das funções discursivas das recategorizações, faltou ainda uma nomeação mais apropriada para exprimir a ideia de que certas expressões referenciais explicitam a avaliatividade, mais do que outras.

Desejamos, pois, ampliar a noção de avaliação abordada em Matos (2005), a partir de uma concepção de recategorização como fenômeno cognitivo-discursivo, pensando a respeito da contribuição das marcas avaliativas que exerçam influência sobre a função avaliativo-argumentativa das recategorizações. Para tanto, em termos metodológicos, analisamos, qualitativamente, textos de gêneros diversificados - inclusive discutimos alguns textos por nós exemplificados em Matos (2005) - já que as recategorizações de teor avaliativo podem se

fazer presentes em praticamente todo texto, embora com diferenças de maior ou menor grau de explicitude. Assim, observamos não só as anáforas diretas, exclusivamente analisadas no *corpus* de Matos (2005), mas também as anáforas indiretas e outros elementos não referenciais que possam contribuir, de modo integrado, com o processo avaliativo na transformação dos referentes, conforme podemos conferir a partir do tópico seguinte.

A contribuição das marcas avaliativas das recategorizações na cadeia textual

Mais do que observar unicamente o papel das expressões usualmente tidas como designadoras de uma dada recategorização, faz-se necessário estender a análise à possível influência de outros termos referenciais em cadeia, ou de outros elementos textuais que favoreçam a efetivação das recategorizações, seja de forma implícita, seja explícita, ajudando a recompor os objetos discursivos de modos diversificados. Exemplifiquemos a seguir:

(04)

Novo! Gillette MACH 3 Turbo

A Gillette apresenta **uma inovação que vai virar o mundo do barbear de cabeça para baixo**. Com o novo Gillette MACH3Turbo, você tem **um barbear mais confortável em qualquer direção**, mesmo no sentido contrário ao crescimento dos pêlos. **As inovadoras lâminas, os microtensores mais flexíveis e a fita lubrificante reforçada** garantem que você possa escanhoar sem irritar **a pele**. Tudo para **um barbear mais suave**. Alguém contra?

Barbear confortável mesmo quando **os pêlos são do contra**.

Suavidade em todos os sentidos.

(Extraído de Matos, 2005, anúncio Revista Veja, maio, 2005, p.76, grifo nosso)

O referente introduzido como “Gillette MACH 3 Turbo” ganha enorme destaque, na enunciação, ao ser logo mais parafraseado como “*uma inovação que vai virar o mundo do barbear de cabeça para baixo*”. Tal sintagma manifesta-se com grande força de persuasão e conduz a uma valoração positiva a respeito do referente. Nestas condições de produção do discurso, a razão para tal atribuição apreciativa, indubitavelmente, é o objetivo de propagar o produto anunciado na publicidade, “Gillette MACH3 Turbo”, convencendo o consumidor de que vale a pena comprar. Entretanto, com um olhar mais detido, veremos que as anáforas

indiretas²⁹ são também grandes colaboradoras na construção da referência axiológica: “fita lubrificante, microtensores, lâminas”, “um barbear mais suave”, “suavidade”. Basta vermos os sintagmas carregados de valorações como “*um barbear mais confortável em qualquer direção*”, “*um barbear mais suave*”, “*as inovadoras lâminas*”, “*os microtensores mais flexíveis*”, “*a fita lubrificante mais reforçada*”, “*suavidade em todos os sentidos*”, todas “asseguradas” pela marca enfática do verbo “garantir”, que, semanticamente, colabora com a ideia de convicção e, neste contexto, de aprovação da qualidade do produto. Vale a pena lembrar que a enumeração de tais anáforas propicia a inferência, através de nosso conhecimento enciclopédico compartilhado socialmente, de que se trata de partes e de características do objeto “aparelho de barbear”, formando relações de sentidos indiretas entre os elementos da cadeia referencial que nos fazem entender que tal aparelho está sendo avaliado positivamente. Pode-se então afirmar que nisto há um sentido axiológico implícito segundo Martin e White (2005), pois o que ocorre quando se qualifica um referente em vez de outro, é que se explicita uma avaliação em troca da implicação de outra, em virtude de sua contiguidade semântica, em que a atribuição de sentido a um referente repercute no outro. Em outras palavras, a avaliação explícita das partes do objeto implica uma avaliação implícita de seu desempenho, bem como uma avaliação explícita de seu desempenho implica uma avaliação implícita de suas partes. Logo, é o que Martin e White (2005) denominam de Atitude Inscrita e Atitude Evocada.³⁰

Enfim, todas as partes enumeradas em cadeia, a respeito do objeto “aparelho de barbear” são, no mínimo, traços que explicam por que o produto é tido como uma “inovação” no mercado. Quer dizer, as qualidades positivas do produto a ser vendido não estão completas somente na anáfora direta. O curioso é que até mesmo o tom negativo da categorização de certos “pêlos” adjetivados como “*do contra*” visam a cooperar para a valorização da Gillette, pois ela é mais eficiente e confortável, mesmo quando há pêlos que ofereçam dificuldade no barbear.

²⁹ As anáforas indiretas, consoante conceitua Cavalcante et al. (2014), não retomam um mesmo referente lançado no texto, pois introduzem uma entidade ao modo do “novo”, porém remetem indiretamente, ou a outros objetos expressos no cotexto, ou a pistas cotextuais de qualquer espécie, com as quais se associam para permitir ao coenunciador inferir essa entidade.

³⁰ Martin e White (2005) postulam que o sistema da Avaliatividade, como um dos recursos mais importantes para a construção do significado interpessoal na língua, compõe-se de três outros domínios: a **Atitude**, o **Comprometimento** (Engajamento) e a **Gradação**. No que toca à **Atitude**, esta é responsável pelas avaliações linguísticas que comportam pontos de vista positivos ou negativos, referindo-se às reações emocionais, julgamentos de comportamento e ponderação do locutor acerca de entidades, coisas ou fatos. Segundo os dois autores, podem ser encontradas as instâncias componentes da Atitude em diversas porções textuais, seja explícita, seja implicitamente, como é o caso da Atitude Inscrita (explícita) e o da Atitude Evocada (implícita).

Diante dessa questão, pensamos que não podemos tratar o texto como se, entre a categorização do objeto e sua redenominação, existissem lacunas de sentido, pois estas são preenchidas pela soma ou integração de vários traços dos referentes, que, em se tratando da propaganda, no exemplo (4), visam a recategorizar o objeto como algo bom e desejável ao consumo. Sobre isto, afirmam Alves Filho e Vieira (2011, p.140):

A referenciação corrobora um sentido pretendido, que, por sua vez, está permeado por uma argumentação, por uma avaliação axiológica. Considerar isto significa entender também que todos os elementos que fazem parte da cadeia textual alimentam a construção referencial, e não somente as expressões que categorizam objetos de discurso introduzidos e/ou retomados no texto.

Não se pode, portanto, desconsiderar a contribuição de outras expressões para realizar a apreciação do objeto focalizado, além da anáfora direta que homologa a transformação referencial. Além disso, devemos também analisar como outros fatores do contexto determinam os modos de construção das entidades discursivas. Lembremos, por exemplo, que este é um exemplo do gênero anúncio publicitário, o qual explora, em profundidade, as estratégias de venda de produtos. Logo, a intenção do locutor é valorizar, de forma saliente, os predicados positivos do produto, e o faz, inclusive, utilizando-se dos atributos dos elementos atinentes à cadeia referencial do texto.

Em razão disso, devemos atentar para o fato de que os elementos do texto se auxiliam ou cooperam entre si, estabelecendo um contexto avaliativo, em confluência com outros fatores. Vejamos, de forma breve, como isso pode ocorrer.

As marcas das recategorizações nos contextos avaliativos

Colocamos, nesse momento, a necessidade de se refletir sobre as marcas de avaliação em meio a uma multiplicidade de fatores do contexto que direcionem a reconstrução do referente de uma dada maneira e não de outra. Visualizemos, pois:

(05)

A **EXPOITA** é realizada, anualmente, no Parque de Exposições Dr. Ary Bastos, em Itapajé, região norte do Ceará, a 125 km de Fortaleza. Em 2005, *esse evento que é responsável pela maior movimentação turística do município e que consiste na quarta maior exposição*

agropecuária do Ceará, será realizado durante os dias 02 a 07 de agosto, envolvendo **vários representantes dos setores agropecuários, industriais, culturais e de serviços, tanto da comunidade como de diversas regiões do Estado**. [...]

(Extraído de Matos, 2005, Informativo municipal, julho 2005, p.8, grifo nosso)

Aqui não nos resta dúvida de que a recategorização do exemplo (5), “*esse evento que é responsável pela maior movimentação turística do município e que consiste na quarta maior exposição agropecuária do Ceará*”, representa uma função *avaliativa* e, lembremos, de acordo com Matos (2005), que aqui são exercidas outras funções simultâneas, como a de *glosa* por *definição* mediante construção parafrástica, possuindo um nome que revela metonímia ou contiguidade entre o núcleo sintagmático “evento” e “EXPOITA - Nome do evento”. Uma vez que este informativo visa a argumentar em favor de ações político-administrativas no município referido no texto, a glosa, sob a forma parafrástica, reveste-se de um teor extremamente axiológico, pois não apenas explica o que significa “a EXPOITA”, mas também a avalia positivamente. Sendo então as recategorizações multifuncionais, da mesma maneira por que se define um referente, também pode se expressar uma caracterização positiva ou negativa acerca dele, a depender dos contextos em que as expressões recategorizadoras se inserem.

Com isso, o ponto de vista do locutor é marcado no texto, por conta das adjetivações superlativas “*responsável pela maior movimentação turística*” e “*quarta maior exposição agropecuária do Ceará*”; mas ressaltamos que também há certo matiz apreciativo na anáfora indireta, “*vários representantes dos setores agropecuários, industriais, culturais e de serviços, tanto da comunidade como de diversas regiões do estado*”.

Não obstante isso, o fato que ora colocamos - não questionado em Matos (2005), visto que seu trabalho se circunscreveu às anáforas diretas - é a de que esta anáfora indireta não expressa tão inerentemente um conteúdo de valoração como no caso do exemplo anterior (4), pois ela, apesar de constituir atributo, não consta de adjetivos com significado de valor negativo ou positivo, em si mesmos; somente o contexto sociodiscursivo é determinante para a interpretação deste sentido. Imagine-se que esta mesma expressão, em outro contexto poderia, igualmente, ser usada com intenção de depreciar um referente. Logo, a condição de avaliatividade, ativada por questões contextuais - como as circunstâncias, o gênero textual, a intenção do locutor, a multimodalidade dos textos, dentre outros fatores - pode ser deflagrada na superfície cotextual, por meio de atributos ou ações verbais de caráter não evidentemente valorativos. A esse respeito, pronuncia-se Channell (1999, apud CABRAL, 2008 p. 38): “uma

palavra ou sintagma pode ocorrer mais frequentemente no contexto com outras palavras ou sintagmas, que são predominantemente positivos ou negativos em sua orientação avaliativa”. Tal fenômeno Channell nomeia como ‘prosódia semântica’, enquanto forma de co-ocorrência (ou colocacional) de expressões. Portanto, acreditamos que aquilo que imprime caráter avaliativo à anáfora indireta destacada em (5) é a integração de tais informações a outras que constituem mais propriamente um juízo de valor, que estão, por sua vez, contidas na anáfora direta de EXPOITA, “*esse evento que é responsável pela maior movimentação turística do município e que consiste na quarta maior exposição agropecuária do Ceará*”.

Os pesquisadores Avelar e Azuaga (s/d), por sua vez, ressaltam que um aspecto comum a todos os elementos atitudinais do texto, ou seja, que comportam pontos de vista positivos ou negativos, é que seu significado não ocorre em isolamento textual, apesar de muitas expressões serem portadoras de um sentido atitudinal mesmo fora de um contexto discursivo.

Também os autores Thompson e Hunston (1999, apud CABRAL, 2008) defendem que, ultrapassando-se os limites do sintagma nominal, há itens lexicais usados para descrever pessoas, coisas ou situações que são capazes de demonstrar aprovação ou desaprovação por parte do escritor, ao mesmo tempo em que revelam informações. Desta forma, o próprio uso de expressões que figuram nessa enunciação, tais como “evento”, “responsável” “representantes”, “movimentação turística” são portadores de um conteúdo objetivo, i.e., não possuem traços semânticos axiológicos em si mesmos; porém, contextualmente, acabam por indicar a condução do ponto de vista do autor do texto.

Em se tratando desta noção, pensamos que os traços semânticos de certos tipos de palavras, como os nomes próprios e os estrangeirismos possam contribuir para tal sentido eventualmente avaliativo. Por conseguinte, isso tende a comprovar que as escolhas lexicais não são independentes dos propósitos interativos e persuasivos dos enunciadores, nem do contexto linguístico e sociodiscursivo em que vêm situadas.

As marcas semânticas de avaliação nas recategorizações: os nomes próprios

Ao discorrermos sobre os sentidos explícitos e implícitos no texto, utilizamo-nos do conceito de Marcuschi (2007, p.40), para quem “explicitar é oferecer uma formulação discursiva de tal modo que contenha em si as condições de interpretabilidade adequada ou pretendida”. Isto implica afirmar que, ao se explicitar algo, fornecem-se as condições de acesso às interpretações calculáveis no texto, partindo-se do consenso de que nenhum texto é

plenamente explicitado, mas que deixa lacunas de sentido a serem normalmente preenchidas pelo conhecimento sociocognitivo do leitor/ouvinte.

Assim, ao se pensar em certas situações de maior implicitude avaliativa nas recategorizações, julgamos que as marcas desse realinhamento do referente possam também se dar mediante os traços semânticos de nomes próprios. Embora o emprego desses nomes seja mais comumente referencial ou designador dos objetos de discurso, achamos que tal uso pode sugerir mais do que isto em alguns contextos. Consideremos, pois, o que a alternância de uso entre dois nomes próprios quis significar mediante as anáforas diretas:

(06)

O legado de **Jerry Lewis**

Jerry Lewis nasceu *Joseph Levitch* em uma família judaica de Newark, Nova Jersey, em 16 de março de 1926. [...]

Aos cinco anos, *o futuro Jerry Lewis* começou a participar dos shows, fazendo um número de vaudeville, mas, na maior parte do tempo, fica em casa ao lado da avó, Sarah.

A grande chance apareceu aos 15 anos. Na época, *Joseph* era garçom em um hotel onde eram feitos shows dos quais o pai participava.

(nota biográfica- revista VCD Collection, 2005, p.2, grifo nosso)

Observamos aqui que a recategorização “Joseph Levitch” ou “Joseph”, efetuada pelo autor do texto, não é puramente isenta de opiniões subjetivas quanto ao referente “Jerry Lewis”, e isto se dá, dentre outras coisas, pelo uso de nome próprio.

Com relação às formas designativas, vemos que Maingueneau (2008) estabelece a diferença de uso entre as descrições definidas como ‘indiretas’ com relação a determinado ser ou entidade, e a utilização de nomes próprios como nomeação ‘direta’ do mesmo. Assim sendo, esta última se caracterizaria pela identificação do referente, com o qual se possa estar mais ou menos familiarizado: pode-se conhecê-lo mais proximamente, ou somente por informações parcas como, por exemplo, o nome de uma cidade, de uma pessoa, de uma empresa etc.

Diante disto, afirma Maingueneau (2008, p.183): “Os nomes próprios não dizem nada a respeito das características dos indivíduos assim designados”. Salvo a condição determinada pelo autor como a ‘*interpretação predicativa*’, a qual prevê a exploração de algumas propriedades atribuídas pelo senso comum ao detentor do nome próprio, por exemplo: a força de Tarzã, a beleza de Vênus. Assim teríamos: “Paulo é um Tarzã”, “Maria é a Vênus da cidade”

etc. Fatos linguísticos como estes são registrados graças ao conhecimento prévio, enciclopédico dos interactantes, que ativam os estereótipos sociais estabelecidos na vivência social (KOCH, 2002). É, pois, interessante a visão de Maingueneau sobre os casos de interpretação predicativa, os quais, conforme podemos ver, aparecem mais como um posicionamento do locutor na enunciação.

Porém, dizemos que este tipo predicativo tal como é definido por Maingueneau (2008) não se aplica à troca de nomes “Jerry Lewis” e “Joseph Levitch”, porque não há uma semelhança ou transferência de qualidades atribuídas por um senso comum de um nome a outro, por meio de predicação. Ao contrário, em termos argumentativos, interpretamos que o texto procura sustentar a imensa distância entre um nome e outro, e nessa estratégia, podem estar encobertos certos conteúdos avaliativos. Uma explicação plausível é que o primeiro nome próprio, o do comediante/diretor americano é internacionalmente conhecido e divulgado; já seu nome de batismo não o é, pelo menos para a maioria das pessoas que o conhecem apenas artisticamente, através da televisão ou do cinema. Para nós, esta parece ser a razão pela qual os nomes se intercambiam textualmente, contudo provocando efeitos de sentido diferenciados, como se ambas as referências não fossem a uma mesma pessoa. Visto isso, poderemos observar atitudes do locutor insinuadas nos nomes próprios e nas predicções acerca do referente considerado, tais como: “Joseph era *garçom* ...”, levando o interlocutor a entender, nas entrelinhas, que “Jerry Lewis” é um astro famoso e prestigiado; já “Joseph” era alguém anônimo e simples, embora viesse a ser promissor, por ser “o futuro Jerry Lewis”. Em outras palavras, o nome próprio, sendo um meio de identificação do referente, pode se aliar a uma qualificação valorativa deste.

Por isso, pensamos que este uso do nome próprio pode comportar um teor valorativo, ainda que de forma implícita, em contextos discursivos específicos. Analisemos também outra marca semântica possível de se atrelar a um sentido avaliativo: a do estrangeirismo.

As marcas semânticas de avaliação nas recategorizações: os estrangeirismos

Consoante vimos sobre o trabalho de Matos (2005), em certos contextos, o locutor “esconde-se” atrás de um posicionamento supostamente neutro, pelo uso de uma expressão homologadora da recategorização mais esvaziada de um conteúdo valorativo. No entanto, nosso artigo procura analisar as marcas textuais também em outras expressões que possam contribuir

para a modificação do referente, caracterizando-o de modo avaliativo. O estrangeirismo pode ser uma dessas marcas semântico-lexicais. Em vista disso, mostramos a seguinte ilustração:

(07)

[...] Senhor (a) Coordenador (a),

A Biblioteca Universitária da Universidade Federal do Ceará (BU/UFC) fará a assinatura de **periódicos estrangeiros** para o ano 2000.

Ainda *não temos ideia* do montante de verbas para aquisição **deste material**, mas em reunião com a CAPES em 09.06.1999, *fomos informados* que a verba seria para aquisição da **core collection** de cada curso da Instituição.

(EC 06 – Carta oficial – Banco de dados do grupo de pesquisa Protexto, grifo nosso)

Com o objetivo de se manter um estilo impessoal neste gênero de carta, vemos que se redefiniu o termo “periódicos estrangeiros” através da expressão “este material”, uma vez que tal sintagma não possui caráter *avaliativo* e funciona como *glosa por definição* por meio de nome geral, considerando-se a análise de Matos (2005).

Conquanto a anáfora direta – objeto circunscrito de análise na proposta de Matos (2005) - que efetua a transformação do referente “periódicos estrangeiros” não contenha, visivelmente, um juízo de valor, é possível haver aqui uma sutileza avaliativa com que tal objeto é descrito, se observarmos as marcas na porção textual, ou nas anáforas indiretas que o circundam, conjugados aos seus traços semânticos, os quais se integram ao aparato sociocognitivo dos indivíduos leitores. Ao se dizer, por exemplo, que a verba seria destinada à aquisição da “*core collection*” de cada curso universitário, atribui-se importância ao objeto referido, visto que a expressão poderá ser traduzida em português como “coleção básica, essencial” devendo fazer parte fundamental do acervo bibliográfico. Sem dúvida, a escolha de um estrangeirismo para designar uma referência indireta a tal objeto pode contribuir para a valorização deste, já que isto representa não apenas um significado qualquer no texto, mas sobretudo, pode remeter a um lugar, ou a um meio sociocultural sofisticado. Conforme estudos clássicos como os de Mattoso Câmara (1977) e de Lapa (1998), o estrangeirismo torna-se uma relevante marca estilística no texto, uma vez que se encarrega de evocar tonalidades expressivas. Também segundo Martins (2000), o emprego de palavra estrangeira dá ao discurso um toque de exotismo, conferindo autenticidade a outras terras e outras nacionalidades, o que é o caso de “*core collection*”, já que

esta expressão reforça, de alguma forma, que os periódicos são “estrangeiros”, sendo relevantes para aprimorar o conhecimento tecnológico e científico dos cursos da referida instituição.

É ainda possível se encontrar, neste gênero oficial, mais elementos de subjetividade, como as porções textuais “não temos ideia” e “fomos informados”, sendo que este objeto tende a se reformular, indiretamente, de maneira positiva, considerando-se o cálculo mental que fazemos através da relação tecida entre itens lexicais que traduzem marcas do posicionamento do locutor, pois, ao se argumentar que “não se tem ideia do montante de verbas para aquisição deste material”, insinua-se que, provavelmente, será uma quantia significativa de investimento; logo, os periódicos serão algo de valor pecuniário para a comunidade acadêmica.

Então, asseveramos que a compreensão desse nível de implicitude do engajamento avaliativo do enunciador só acontece graças ao processamento inferencial que somos capazes de realizar, ao estabelecermos a conexão entre tais expressões referenciais acima comentadas com as demais informações distribuídas no texto, as quais constituem pistas de acesso à (re) construção do referente, em ligação com os fatores contextuais, dentre eles as variadas intenções enunciativas, os gêneros textuais, a bagagem de conhecimentos dos indivíduos e as condições de produção do discurso que tornam possível esse processo.

Considerações finais

Neste artigo, tratamos da recategorização como processo de cruciais componentes cognitivo-discursivos e sociais. Procuramos, então, refletir sobre certas marcas textuais desse processo que se prestam, estrategicamente, à função de argumentar e de avaliar os referentes, seja positiva, seja negativamente, recategorizando-os, ao modificar sua construção pelos interlocutores, à proporção que o texto se desenrola. Se, de um lado, as anáforas diretas são capazes de trazer informações que remodulam os referentes, por outro lado, tais recategorizações nem sempre possuem, em si mesmas, um valor axiológico claramente demonstrado no texto, fazendo-se acompanhadas de outras marcas colocadas em cena - seja as das que fazem parte da cadeia referencial, seja as das expressões de outra natureza - que, com suas especificidades, como o caso dos traços semânticos dos nomes próprios e dos estrangeirismos, podem colaborar, contextualmente, na construção avaliativa do referente. Portanto, podemos assim dizer que, referencialmente, o poder avaliativo-argumentativo não se inicia nem termina na anáfora direta.

Acreditamos ser plausível combinar nossas suposições ao componente genérico dos textos diversos que analisamos, os quais podem influenciar as marcas de argumento apreciativo, as quais tendem a se manifestar, possivelmente, de acordo com a estrutura, a intenção ou o estilo dos gêneros, como relevantes fatores contextuais. Logo, julgamos que estas questões que nos intrigam devam ser repensadas e, por isso, devam merecer atenção mais detida, na procura de um melhor entendimento acerca das ligações entre referência e argumentação avaliativa.

Referências

ALVES FILHO, F.; VIEIRA, M. L. Construção de objetos de discurso: considerações em casos que o referente é um ator da vida social. **Revista Investigações**, 2011, p. 135- 156.

AVELAR, A.; AZUAGA, L. A Teoria da Avaliatividade: breve apresentação. In: AZUAGA, L. (Org.) **Relatos de viagens: representações e codificações linguísticas de Portugal no século XIX**. Lisboa: Universidade de Lisboa, s/d.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo, Hucitec, 1979.

CABRAL, S. R. S. **Linguagem e avaliatividade: uma relação dialógica**. 2008. Disponível em: WWW.sieduca.com.br/2008/admin/upload/46.doc Acesso em: 13, maio, 2014.

CAVALCANTE, M. M. **Referenciação: sobre coisas ditas e não-ditas**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. **Coerência, referenciação e ensino**. SP: Cortez, 2014.

CIULLA E SILVA, A. **Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos**. 201p. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CONTE, M. E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA, A. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

CUSTÓDIO FILHO, V. **Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação**. 270p. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

KOCH, I. V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

LAPA, M.R. **Estilística da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEITE, R. Da recategorização metafórica à metaforização textual. In: CAVALCANTE, M. (et al.) (Orgs.) **Texto e discurso sob múltiplos olhares**. v. 2, Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

LIMA, S. M. C. **Entre os domínios da metáfora e da metonímia: um estudo dos processos de recategorização**. 250p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARTIN, J.; WHITE, P. R. R. **Appraisal and the resources of intersubjective stance**. 2003. Disponível em: <www.grammatics.com/appraisal/index.html>. Acesso em 01 jun. 2008. Tradução nossa.

MARTINS, N.S. **Introdução à Estilística**: a expressividade na língua portuguesa. São Paulo: Queroz, 2000.

MATOS, J. G. **As funções discursivas das recategorizações**. 164p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

MATOS, J.G.; BRITO, M.A.P. As funções discursivas das recategorizações. **Intersecções**. Jundiá, ed. 12, n. 1, p. 20-40, 2004.

MATTOSO CÂMARA, J. **Contribuição à Estilística Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1977.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: RODRIGUES, B; CIULLA, A. (Orgs.) **Referenciação**. São Paulo: Contexto – (Coleção Clássicos da Linguística), 2003.

SOUZA, S. C. T. **A ação retórica de resenhar na comunidade jornalística: um estudo dos propósitos comunicativos e da avaliação**. 347 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

VAN DIJK, T. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012.